

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

DISCIPLINA: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS
RESUMO
Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ATOS ADMINISTRATIVOS PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO PODERES ADMINISTRATIVOS CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 2 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO MODALIDADES DA LICITAÇÃO EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO
AULA 3 INTRODUÇÃO CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS TIPOS DE CONTRATO CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL
AULA 4 INTRODUÇÃO O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.

DISCIPLINA:

DIREITO EMPRESARIAL

RESUMO

O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentavam da liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjugando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 À AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- GOMES, F. B. Manual de direito comercial. Barueri, SP: Manole, 2007.
- GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: direito das coisas. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur 2021. v. 5.
- GUIESLER JUNIOR, L.C. Direito falencial. Curitiba: InterSaberes, 2021. v. 1.
- Recuperações judicial e extrajudicial: um manual de acordo com a Lei n. 11.101/05 e sua reestruturação pela Lei n. 14.112/2020. Curitiba: InterSaberes, 2021. v. 1.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

Nesta disciplina vamos tratar do panorama da contabilidade financeira no Brasil atualmente. Sabemos que a contabilidade no Brasil é fortemente regulada, seja por leis específicas (Lei 6.404/76 e Lei 10.406/2003) ou por normas emanadas dos órgãos reguladores, que serão estudados adiante. Mais precisamente a partir do ano de 2005, o Brasil optou por aderir às regras internacionais de contabilidade, mais precisamente os IFRS, numa tradução livre “Regras internacionais de relatórios financeiros”. Essa nova estrutura conceitual da contabilidade brasileira tem início com a criação em 2005, por meio da resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.055/2005 do CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis – órgão que possui total independência em suas deliberações (pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações), embora receba suporte material do CFC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MODELOS CONTÁBEIS DE EVIDENCIAÇÃO

PRESSUPOSTOS DA ENTIDADE E CONTINUIDADE

PRESSUPOSTOS DA COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS

AUDITORIA E PARECER

AULA 2

INTRODUÇÃO

ATIVO – CONCEITO E COMPONENTES

PASSIVO – CONCEITO E COMPONENTES

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE RECEITAS E DESPESAS

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

ASPECTOS FISCAIS DOS COMPONENTES DA DRE

ASPECTOS ESPECIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DFC PELO MÉTODO INDIRETO

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

VARIAÇÕES NA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 5

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DO DVA

DVA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS

APLICAÇÃO PRÁTICA DAS NES

AULA 6

INTRODUÇÃO

ATIVOS CONTINGENTES
PASSIVOS CONTINGENTES
RESERVAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PROVISÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, M. C. Manual prático de interpretação contábil da lei societária. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALMEIDA, N. S. de. Casos para ensino em contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2014.
- AZEVEDO, O. R. Comentários às regras contábeis. São Paulo: IOB SAGE, 2014.

DISCIPLINA:

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FISCAL

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNÇÕES DO ESTADO
CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO
NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESUMO

É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE TRIBUTO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

AULA 2

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
MERCOSUL E TRIBUTOS

AULA 3

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)
PIS/PASEP E COFINS
ICMS
DEMAIS TRIBUTOS

AULA 4

OMC E TRIBUTAÇÃO
MEDIDAS ANTIDUMPING
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS
MEDIDAS DE SALVAGUARDA
IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

AULA 5

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL
EVASÃO FISCAL
BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

AULA 6

BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR
REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS
INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS
REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ÁVILA, A. R. S. Curso de Direito Tributário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SOCIETÁRIO

RESUMO

Quando nos referimos à “sistema tributário”, devemos ter em mente o conjunto de normas que regula a atividade tributante. Essas normas podem estar inseridas dentro ou fora de uma constituição. A aposição de matéria tributária no corpo da constituição é prática que remonta desde a origem do Estado de Direito em nosso país. A Constituição de 1824 dispunha, por exemplo, que todos deveriam contribuir para as despesas do Estado na proporção dos seus haveres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

AULA 2

INTRODUÇÃO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
IMUNIDADE E OS TRIBUTOS INDIRETOS
RESTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
SIMPLES NACIONAL
LUCRO PRESUMIDO
LUCRO REAL
INCENTIVOS FISCAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
SOCIEDADE LIMITADA
SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO DIREITO DO CONTRIBUINTE
PROPÓSITO NEGOCIAL
COMO FAZER PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO E EVASÃO FISCAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA
FUSÃO SOCIETÁRIA
CISÃO SOCIETÁRIA
ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1966.
- COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

DISCIPLINA:

AUDITORIA CONTÁBIL

RESUMO
A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL AULA 2 INTRODUÇÃO BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AULA 3 INTRODUÇÃO AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA PAPÉIS DE TRABALHO APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE AULA 4 INTRODUÇÃO AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REQUISITOS ÉTICOS, Ceticismo e JULGAMENTO PROFISSIONAL PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI) AULA 5 INTRODUÇÃO O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA MATERIALIDADE EM AUDITORIA APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO AULA 6 INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE
INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO
O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Ao longo do tempo, a contabilidade deixou de ser produzida apenas para cumprir a legislação fiscal e passou a desempenhar um papel importante dentro das empresas, com informações geradas para os mais diversos públicos, sejam eles internos ou externos, tais como os fornecedores, os empregados, os sócios e acionistas, os bancos, entre outros. Dada a importância atribuída à contabilidade e à entrega de informações da situação econômica e financeira das empresas, os estudiosos criaram diversos ramos para que cada assunto trate de assuntos específicos, tais como: a contabilidade empresarial, a tributária, a de custos, e gerencial etc. Porém, independentemente do ramo que se estude, há que se ter em mente que todos estão voltados para o mesmo objetivo, que é de manter as entidades bem informadas sobre seus resultados, diante de um mercado que está cada dia mais competitivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
USUÁRIOS DA CONTABILIDADE
TIPOS DE EMPRESAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS X NÃO OBRIGATÓRIOS
CAPITAL DE TERCEIROS E CAPITAL PRÓPRIO
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DA ESTRUTURA DE CAPITAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA EMPRESA
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

AULA 4

INTRODUÇÃO

FINALIDADE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
SISTEMAS DE APURAÇÃO OU CUSTEIO DE CUSTOS
AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
EXEMPLOS PRÁTICOS DO CUSTEIO POR ABSORÇÃO E CUSTEIO VARIÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS
FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA
TRIBUTOS SOBRE A RENDA LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL
EXEMPLOS PRÁTICOS DO LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PIS, COFINS, ICMS E ISS
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO
OBRIGAÇÕES FISCAIS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE CÁLCULO DE ENCARGOS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIAS

- MAMEDE, G. Direito Societário. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARION, J. C. Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DE CENÁRIOS ECONÔMICOS

RESUMO

Nesta disciplina, iremos abordar questões relacionadas à atividade de planejamento econômico de uma organização, por meio da análise de cenários, buscando desenvolver uma visão de futuro para pessoas e empresas, de modo a auxiliar no processo de tomada de decisão. O planejamento e a análise de cenários é relevante no processo de tomada de decisão, principalmente se levarmos em consideração a complexidade e o dinamismo do ambiente em que vivemos. A partir da globalização, com a internet e o uso de tecnologias cada vez mais rápidas, as informações vão de um lugar a outro rapidamente, podendo causar impactos negativos ou positivos, a depender da preparação e do conhecimento dos envolvidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ANÁLISE DE CENÁRIOS ECONÔMICOS
ECONOMIA E DIVISÃO DOS SETORES
OS AGENTES NA ECONOMIA
INDICADORES ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS
INDICADORES SOCIAIS E POLÍTICOS

AULA 2

PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS
PIB SOB AS TRÊS ÓTICAS
SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS
BALANÇO DE PAGAMENTOS
RISCO E INCERTEZA

AULA 3

DEMANDA AGREGADA
OFERTA AGREGADA
CONSUMO E POUPANÇA
INFLAÇÃO E DESEMPREGO
JUROS E EXPECTATIVAS

AULA 4

ECONOMIA MUNDIAL
SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL
POLÍTICA CAMBIAL
BLOCOS ECONÔMICOS E FASES DE INTEGRAÇÃO
BALANÇA COMERCIAL

AULA 5

ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO
O MERCADO DE RENDA FIXA
O MERCADO DE AÇÕES
O MERCADO SECUNDÁRIO DE AÇÕES
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO

AULA 6

MONTAGEM DE UM CENÁRIO ECONÔMICO: INTRODUÇÃO
OBTENDO OS DADOS PARA ANÁLISE
ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO
ANÁLISE DE CENÁRIOS REGIONAIS
CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE DOS RISCOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, M. B. Princípios de economia: abordagem didática e multidisciplinar. São Paulo: Editora Atlas, 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicadores de programas: guia metodológico. Brasília, 2010. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf.

- CARVALHO, D. E. de et al. Construção de Cenários: Apreciação de Métodos Mais Utilizados na Administração Estratégica. In: ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO1387.pdf>.

DISCIPLINA: PRÁTICA CONTÁBIL
RESUMO
Você sabe o que são lançamentos contábeis? Os lançamentos contábeis são os registros dos acontecimentos diários que ocorrem na empresa com o objetivo de contabilizar todos os atos e fatos administrativos. Com o avanço da tecnologia, os registros dos atos e fatos administrativos dão-se por meio da alimentação do sistema ERP (Enterprise Resource Planning, que significa Sistema Integrado de Gestão Empresarial), contratado pela empresa, pois existem diversos sistemas disponíveis no mercado voltados a atender a Contabilidade. Para tornar mais fácil a compreensão, vamos citar como exemplo de registro contábil a compra de mercadorias em que a empresa adquire Material de Expediente; em seguida, o Fornecedor entrega uma nota fiscal, a ser lançada ou contabilizada. No sistema contábil (ERP), esse registro ou lançamento da Nota Fiscal vai gerar automaticamente a entrada de um Bem, pois a empresa adquiriu material para seu uso e, conseqüentemente, uma Obrigação, pois terá que efetuar um pagamento que pode ser realizado por meio de um cheque que sairá da conta Bancos Conta Movimento ou dinheiro que sairá do Caixa.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 À AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
• BAZZI, S. Contabilidade em ação. Curitiba: Intersaberes, 2014. • BRASIL. Lei n. 6.404, de 17 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 dez. 1976. • BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. A contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2005.

DISCIPLINA: CRIATIVIDADE E GESTÃO DE IDEIAS PARA INOVAÇÃO
RESUMO
Desde o fim do século XX, o tema “criatividade para a inovação” se consolidou como estratégico para a sobrevivência das empresas tanto em tempos de turbulência quanto para a competitividade global. A criatividade também vem sendo abordada no âmbito da gestão estratégica do conhecimento como de extrema importância para a inovação tecnológica empresarial (criatividade como uma das alavancas do conhecimento para a inovação). Mais do que um fenômeno global, a gestão do conhecimento se consolidou, em fins do século passado, como fator crítico de sucesso para a criação eficaz de vantagens competitivas nas organizações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É CRIATIVIDADE?
FISIOLOGIA DO PROCESSO DE CRIATIVIDADE
PERSONALIDADE CRIATIVIDADE
FACILITADORES E BLOQUEADORES INDIVIDUAIS À CRIATIVIDADE
A MUDANÇA NO MINDSET: TENSÃO PSÍQUICA

AULA 2

SURGIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO
COMPONENTES DO PROCESSO CRIATIVO
MAPEANDO O CENÁRIO E A BUSCA POR INSPIRAÇÕES
ANÁLISE INOVADORA
CRIAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

AULA 3

OBJETIVOS DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
BRAINSTORMING NA BASE DE TODAS AS TÉCNICAS
REVERSE BRAINSTORMING
BRAINWRITING NA GERAÇÃO DE IDEIAS

AULA 4

TÉCNICA S.C.A.M.P.E.R.
TÉCNICA P.N.I. (POSITIVO, NEGATIVO E INTERESSANTE)
SEIS CHAPÉUS PENSANTES E SEIS SAPATOS ATUANTES
TÉCNICA DO MIND MAPPING
TÉCNICA T.R.I.Z. (TEORIA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS)

AULA 5

CRIATIVIDADE NO SUPORTE À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL
CRIATIVIDADE PARA INOVAÇÃO
OBJETIVOS DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA
DIFUSÃO DA CULTURA DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA
GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTE CRIATIVO

AULA 6

ATMOSFERA CRIATIVA: CRIANDO A ORGANIZAÇÃO INOVADORA
CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO INOVADORA
FACILITADORES E BLOQUEADORES DA CRIATIVIDADE NAS EMPRESAS
A CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO
DESAFIOS DA CRIATIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA LIDERANÇA

BIBLIOGRAFIAS

- ADER – AGENCIA DE DESAROLLO ECONÓMICO REGIONAL DE LA RIOJA (Coord.). Manual de Criatividade Empresarial. Faro: Universidade do Alentejo; CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve, 2010. Disponível em: http://www.cria.pt/media/1366/manual-creatividades-portugues_pt_web.pdf.
- BATISTA, F. F. Caso empresa Matsushita Electric Industrial Company. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/observatorio/casoteca/105-casoteca/casos-de-gestao-do->

conhecimento/132-a-criacao-do-conhecimentoorganizacional-o-caso-da-matsushita-electric-industrial-company.

- DERRISO FILHO, C. O declínio da criatividade. Disponível em: <https://celsofd.f.wordpress.com/tag/o-declinio-da-criatividade/>.

DISCIPLINA:

DESENVOLVIMENTO PESSOAL, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS EM CARGOS E SALÁRIOS

RESUMO

No atual cenário de transição em que estamos vivendo, é nítida a remodelação do significado da palavra “carreira”, assim como sua prática nas organizações e em teorias acadêmicas aplicadas ao tema e sua prospecção. Planejar um futuro profissional implica ações que envolvem pensar à frente, alinhando metas, expectativas e interesses com os nossos sonhos. A projeção de carreira representa a priori o ponto de partida; é por essa razão que o planejamento estratégico é tão significativo na vida profissional. Não podemos ter certezas, a não ser que tenhamos dúvidas. Refletir sobre o trajeto que percorremos, e como nos vemos em uma linha futura, permite-nos elaborar ações inteligentes no momento presente, na esperança de colher os resultados dos empenhos que empregamos durante uma jornada. Como podemos desenvolver nossa carreira em um mundo flexível, que muda em ritmo acelerado? O profissional moderno deve ter um olhar exclusivo para a sua carreira, realizando um plano de desenvolvimento, que por sua vez incorpora novas habilidades e competências, novos conhecimentos e novas atitudes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MODELOS DE CARREIRA

CARREIRAS NA ATUALIDADE

CARREIRAS E GERAÇÕES

GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

MODELOS DE COACHING

A SESSÃO DE COACHING

DESIGN DE CARREIRA

PLANO DE CARREIRA

AULA 3

INTRODUÇÃO

INTELIGÊNCIA E OS TESTES DE QI (QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA)

INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

CARREIRA EXECUTIVA E COACHING DE LIDERANÇA

ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DAS EMOÇÕES

O USO DA PSICOLOGIA POSITIVA NA VIDA E NOS NEGÓCIOS

ACONSELHAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL

PILARES DE UMA CARREIRA SUSTENTÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA CARREIRA

DESAFIOS NA TRANSIÇÃO EM PAPÉIS DE LIDERANÇA

CANVAS PESSOAL – METODOLOGIA PARA PLANEJAR E GERIR CARREIRA

EMPREENDEDORISMO PESSOAL E CARREIRAS AUTÔNOMAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PROPÓSITO

VALORES E PRINCÍPIOS

CRENÇAS

VIDA E CARREIRA

BIBLIOGRAFIAS

- ARTHUR, M. B.; INKSON, K.; PRINGLE, J. K. The new careers: individual action and economic change. London: Sage, 1999.
- CATANANTE, B.; FILLIAGE, M. Gerações X y Z S: na visão de um baby boomer. Pinhais, PR: Melo, 2011.
- CHIAVENATO, I. Princípios da Administração: o Essencial Em Teoria Geral da Administração. 2. ed. Marca: Manole, 2012.